



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.201, DE 2019

Apensado: PL nº 3.471/2023

Altera a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que “dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências”, para estabelecer critério de designação de nome de pessoa a trecho de via.

Autor: SENADO FEDERAL - JORGINHO MELLO

Relator: Deputado ZÉ TROVÃO

I - RELATÓRIO

Está sob análise o Projeto de Lei nº 3.201, de 2019, oriundo do Senado Federal, o qual “altera a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que ‘dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências’, para estabelecer critério de designação de nome de pessoa a trecho de via”. Pretende-se incluir dois aspectos na citada lei: i) restrição da apresentação de proposição para denominação supletiva ao levar em conta a unidade da federação pelo qual o Parlamentar foi eleito; e ii) “notoriedade do homenageado entre a população da unidade da Federação perpassada pelo trecho de via”.

Ao projeto original foi apensado o PL nº 3.471, de 2023, de autoria do Deputado Diego Garcia, o qual “altera a Lei nº 6.682, de 1979, para estabelecer requisitos ao processo de designação supletiva de estação terminal, obra de arte e trecho de via federais”. A proposta trata do nome da designação supletiva, de modo a estabelecer critérios para atestar a pertinência do fato histórico ou da relevância do serviço prestado pelo homenageado.





As proposições foram distribuídas para as Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Cultura (CCULT), e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), esta última apenas para análise de constitucionalidade e de juridicidade, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). A apreciação das proposições é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é de prioridade, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso II, ambos do RICD.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É corriqueiro termos nesta Comissão projetos que tratam da denominação supletiva de rodovias, pontes, viadutos e passarelas que estão sob o domínio da União. Todos esses projetos, a partir dos quais se pretende homenagear grandes personagens de nossa história, devem estar de acordo com uma norma específica: a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que “dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências”. O texto de seu art. 2º é frequentemente encontrado em pareceres aqui analisados e assim dispõe:

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecidas no artigo anterior, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade.

Vê-se que a designação deve se referir a um fato histórico ou a pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade; repito, Nação ou Humanidade. Embora o texto seja claro a respeito da magnitude da relevância requerida, a preocupação dos dois Autores das propostas sob análise é em relação ao mérito da homenagem, que, na prática, parece estar aquém do preconizado.

Assim, o projeto oriundo do Senado Federal intenta incluir dois aspectos na citada lei. O primeiro consiste na restrição da apresentação de proposição ao levar em conta a unidade da federação de representação do Parlamentar. O texto proposto impõe que “o parlamentar autor de proposição legislativa [...] se restringirá à denominação supletiva de estação terminal, obra de arte ou trecho de via localizados na





unidade da Federação pela qual foi eleito”. Nesse ponto, entendemos que não devemos interferir na liberdade de atuação do Parlamentar. Certamente, é mais apropriado que cada Parlamentar atue junto a seu eleitorado. Não obstante, trazer uma reserva de iniciativa com critérios regionais ou locais não nos parece razoável para os membros do Congresso Nacional.

O segundo dispositivo a ser inserido na lei dispõe que “a designação de nome de pessoa a trecho de via deverá assegurar que o homenageado, em vida, tenha gozado de ampla notoriedade entre a população da unidade da Federação perpassada pelo trecho de via”. Primeiro, devemos repisar que estamos tratando de bens da União, ou seja, vias e terminais federais. Logo, nosso critério deveria estar relacionado a todo o País. Ademais, lembremos que a designação supletiva só pode ser conferida a nome de pessoa que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade. Ora, se ela prestou serviço à Nação ou Humanidade, como podemos imaginar que não tenha tido ampla notoriedade entre determinada população? E, ainda que não tenha, parece-nos justo e necessário que tal pessoa passe a gozar de notoriedade em todos os cantos do País. O dispositivo é, assim, ou desnecessário ou inconveniente.

O projeto apensado pretende estabelecer critérios para atestar a pertinência do fato histórico ou da relevância do serviço prestado pelo homenageado. Para isso, impõe a realização de “consultas e audiências públicas realizadas, devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas às regiões abrangidas pelo objeto da designação, ou manifestação expressa da Câmara de vereadores ou da Assembleia Legislativa vinculadas às regiões abrangidas pelo objeto da designação”.

A exigência de consultas e audiências públicas constitui importante instrumento para incremento da participação popular em decisões políticas. Interessante notar que não exige qualquer tipo de aprovação, mas sim de discussão e registro. Tem importância na medida em que a documentação resultante pode servir de base para a tomada de decisão dos Parlamentares ao discutir a matéria neste Congresso Nacional. Os prós e contras registrados poderão sopesados na análise da pertinência do fato histórico ou da relevância do serviço prestado à Nação ou à Humanidade pelo homenageado. Acerta o Autor ao sugerir que os resultados das consultas e audiências públicas serão objeto de ampla divulgação pelos meios oficiais. Entretanto, em





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado Zé Trovão - PL/SC

consonância ao que já dizemos anteriormente, a restrição do vínculo das organizações a determinadas regiões não se coaduna com a natureza federal dos bens, tampouco com a amplitude da relevância dos candidatos às homenagens. Nesse sentido, sugerimos emenda para retirar restrição de vinculação de localização das organizações.

Diante do exposto, no que cabe a esta Comissão analisar, somos pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 3.201, de 2019, e pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 3.471, de 2023, com a Emenda anexa.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado ZÉ TROVÃO
Relator

Apresentação: 18/11/2024 14:48:59.970 - CVT
PRL 1 CVT => PL 3201/2019

PRL n.1



Câmara dos Deputados Anexo IV, Gabinete 921 CEP 70.160-900 - Brasília/DF
Fones: (61) 3215-5921 / 3215-3921 dep.zetrovao@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247276086800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Trovão





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado Zé Trovão - PL/SC

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.471, DE 2023

Altera a Lei nº 6.682, de 1979, para estabelecer requisitos ao processo de designação supletiva de estação terminal, obra de arte e trecho de via federais.

EMENDA Nº 1

Suprima-se do § 1º do art. 2º da Lei nº 6.682, de 1979, conforme art. 2º do Projeto de Lei nº 3.471, de 2023, a seguinte expressão:

"e vinculadas às regiões abrangidas pelo objeto da designação".

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado ZÉ TROVÃO
Relator

Apresentação: 18/11/2024 14:48:59.970 - CVT
PRL 1 CVT => PL 3201/2019
PRL n.1



Câmara dos Deputados Anexo IV, Gabinete 921 CEP 70.160-900 - Brasília/DF
Fones: (61) 3215-5921 / 3215-3921 dep.zetrovao@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247276086800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Trovão

